

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**A CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO VEÍCULO NO COMPROMETIMENTO
DA EMPRESA COM A SUSTENTABILIDADE**

UBERLÂNDIA

2018

**A CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO VEÍCULO NO COMPROMETIMENTO
DA EMPRESA COM A SUSTENTABILIDADE**

Artigo apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a conclusão do curso de Ciências Contábeis, e obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

UBERLÂNDIA

2018

A contabilidade ambiental como veículo no comprometimento da empresa com a sustentabilidade

Artigo apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Banca de avaliação

Professor (a)

Professor (a)

Professor (a)

**Uberlândia / MG
2018**

RESUMO

Ao longo do tempo, a natureza tem cada vez mais escassos seus recursos, sendo necessária para as empresas que usufruem deles, a busca constante de novas medidas sustentáveis a fim de solucionar e amenizar impactos ambientais. O objetivo principal deste estudo é apresentar a contabilidade ambiental como importante veículo no comprometimento da empresa com a sustentabilidade, e pretende-se realizar uma pesquisa de caráter exploratória e descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa. É um estudo de caso do tipo *Survey*, que avalia um evento real ou empírico como base para se chegar a uma análise de resultados exemplificativa, baseando-se na prova e teste do arcabouço teórico, estudando a teoria acadêmica e aplicando-a a um evento real dentro de um universo de eventos possíveis. A Empresa N foi escolhida por ser uma empresa que é conhecida mundialmente como biologicamente sustentável, que retira sua matéria prima diretamente das florestas do Brasil, sem modo agressivo, com o apoio de comunidades de coletores em cada região do país. A empresa desde 2010 até 2017 está sempre pautada por programas de apoio ambiental como economia de água, diminuição de emissão de gases do efeito estufa e disseminação educacional ambiental. Tudo isso está mencionado na missão da empresa e nas notas explicativas há menções diretas ao desenvolvimento sustentável. Dessa forma, a empresa utiliza da contabilidade e demonstrações, incluindo principalmente nas Notas Explicativas, para indicar cálculos e valores que comprovem junto a sociedade que ela é uma empresa diferente tanto no uso de insumos na produção e no pós-consumo através da reciclagem de suas embalagens.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental. Produção Sustentável. Redução de Impactos Ambientais.

ABSTRACT

Over time, nature has increasingly scarce resources, and it is necessary for the companies that enjoy them, the constant search for new sustainable measures in order to solve and mitigate environmental impacts. The main objective of this study is to present environmental accounting as an important vehicle in the company's commitment to sustainability, and it is intended to conduct exploratory and descriptive research, with a quantitative and qualitative approach. It is a Survey-type case study that evaluates a real or empirical event as a basis to arrive at an exemplary results analysis, based on the test and test of the theoretical framework, studying the academic theory and applying it to an event within a universe of possible events. Company N was chosen because it is a company that is known worldwide as biologically sustainable, which removes its raw material directly from the Brazilian forests, without aggressive mode, with the support of communities of collectors in each region of the country. The company from 2010 to 2017 is always guided by environmental support programs such as water saving, reduction of greenhouse gas emissions and environmental educational dissemination. All this is mentioned in the mission of the company and in the explanatory notes there are direct references to sustainable development. In this way, the company uses accounting and statements, including mainly in the Explanatory Notes, to indicate calculations and values that prove to society that it is a different company both in the use of inputs in production and post-consumption through the recycling of its packaging.

Key words: Environmental Accounting. Sustainable Production. Reduction of Environmental Impacts

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	7
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	8
2.2	Contabilidade Ambiental	10
2.3	<i>Disclosure</i> Ambiental e seus benefícios	11
2.4	Ativos e passivos ambientais	13
3.	ASPECTOS METODOLÓGICOS	15
3.1	Classificação da Pesquisa	15
3.2	Objeto de Estudo.....	15
3.3	Coleta de Dados.....	15
4.	ANÁLISE DOS RESULTADOS	16
4.1	Ano de 2010	16
4.1.1	Demonstrações Contábeis	17
4.1.2	Passivos de Riscos Ambientais	18
4.1.3	Mensagem da Presidência.....	19
4.1.4	Desempenho ambiental	20
4.1.5	Temas prioritários de sustentabilidade	20
4.1.6	Destaques Socioambientais	21
4.1.7	Reconhecimentos	22
4.2	Ano de 2017	23
4.2.1	Riscos Cíveis.....	23
4.2.2	Destaques socioambientais.....	24
4.2.3	Demonstrações	25
4.3	Análise Gráfica da DVA.....	26
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

1. INTRODUÇÃO

Em tempos atuais, como o desenvolvimento econômico avança cada vez mais, e o consumo de recursos é cada vez maior, surge o conflito de interesses entre aumentar os fluxos de produção e consumo econômicos, de modo , sustentável em equilíbrio com a reposição de recursos dos meios naturais, de modo a não prejudicar as gerações futuras.

Braga et al. (2009) identificam que o desenvolvimento da sociedade deve ser executado com base no equilíbrio entre desenvolvimento econômico e consumo sustentável, uma vez que ambos são pilares essenciais para que a produção econômica atenda à todas as necessidades da sociedade, porém de modo prolongado e não somente instantâneo.

Já Murcia et al. (2008) salientam que o processo de desempenho ambiental de uma organização pode ter impacto direto sobre as informações econômico-financeiras, e pode impactar significativamente as demonstrações contábeis, com base na divulgação das informações ambientais, a chamada *disclosure* verde, ou comumente conhecido *green reporting*.

Assim, Braga et al. (2009) também afirmam que a empresa precisa identificar o melhor meio de produção que não impacte negativamente o meio ambiente, com execução de exames anteriores a qualquer implementação de obra ou projeto, e com o desenvolvimento de produtos que não agravem a natureza, para que assim, tenha-se um bom desempenho ambiental para ser divulgado.

Nesse sentido, com relação à informação ambiental da contabilidade, Murcia et al. (2008) ainda apontam que não há um regulamento oficial no Brasil para a divulgação de informações ambientais e sociais, mesmo com a oficialização do Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). No entanto, as leis 11.638/2007 e 11.941/2009 tornaram obrigatória a demonstração de caráter social, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que é somente obrigatória para empresas de capital aberto e não possui seu conteúdo embasado completamente em dados ambientais, principalmente em dados sociais, segundos os autores.

Corroboram Rover et al. (2008) que mesmo não sendo obrigatório as empresas comumente publicam informações de caráter ambiental, mesmo essas informações divulgando programas confidenciais das organizações, no que auxilia a imagem da empresa

frente a um público específico e Aumenta o valor acionário da empresa ao aumentar sua confiança.

O objetivo principal do presente trabalho de conclusão de curso é compreender a *disclosure* contábil de uma empresa de caráter ambiental no Brasil nos últimos anos, evidenciando como são fornecidas as informações ambientais aos usuários da contabilidade.

Dessa forma, a pesquisa consiste em um estudo de caso, sendo o objeto do estudo a empresa Empresa N, uma empresa reconhecida mundialmente pela produção sustentável com exploração planejada da Floresta Amazônica, utilizando recursos sem prejudicar a fauna e flora da floresta, ainda fornecendo uma opção de renda para comunidades coletoras de matéria prima no norte do Brasil.

A relevância pode ser evidenciada devido ao tema do presente artigo ser de caráter ecológico, o que nos últimos anos tem se intensificado como relevante para a produção e consumo saudável no mercado. (FERNANDES, 2013). A justificativa pode ser evidenciada como uma significativa contribuição para o tema de Contabilidade, uma vez que nesse cenário, esse artigo pode contribuir com um estudo de caso real, de modo a formar opinião sobre o papel da *disclosure* contábil ambiental,. (SOUZA; RIBEIRO, 2013).

O tema se mostra de grande impacto no meio acadêmico, uma vez que a ideia de sustentabilidade está alicerçada em uma utilização inteligente dos recursos ambientais, o que proporciona uma economia de recursos, e ainda uma produção mais eficiente embasada numa prestação de contas aos *stakeholders*, com valorização da imagem da empresa, como ocorre com a Empresa N, uma das empresas que mais atuam de modo consciente sobre o meio ambiente.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

No final do século XX, a Comissão *Brundtland* em 1988 definiu o conceito de desenvolvimento sustentável, embasado no respeito as gerações futuras, para que atendam suas necessidades, com o consumo responsável das gerações presentes. Ainda identificam que hoje o conceito de informação ambiental está alicerçado na ligação de consumo sustentável e desenvolvimento econômico e social, sem distinção entre esses três eixos, que quando utilizados pelas organizações, principalmente as que atuam em grande número de países, evidencia a o valor da empresa em cumprimento de metas internacionais de padrões de consumo e poluição (SOUZA;RIBEIRO, 2013).

Dessa forma, a discussão sobre a produção e seus impactos sobre o meio ambiente vem se tornando cada vez mais intensa, originada já na Segunda Revolução Industrial, uma vez que os principais recursos utilizados são não renováveis e que irão se esgotar no futuro. A ideia de sustentabilidade consiste em uma gama de procedimentos e políticas privadas e governamentais, tornando possível a coexistência do consumo humano, na geração de menores quantidades de lixo não reciclável e a manutenção da qualidade do ar e da água, com base em leis governamentais que possam equilibrar a produção e seus efeitos sobre a natureza e a sociedade (BARBIERI, 2007).

Sustentabilidade é a capacidade de produção alicerçada ao respeito às limitações dos recursos naturais, considerando uma produção que não prejudique a natureza de modo ostensivo, e em longo prazo, produzindo de forma a resguardar recursos esgotáveis para as futuras gerações. (CORAZZA, 2003).

Para Oliveira Filho (2004), a sustentabilidade está cada vez mais integrada à gestão ambiental, uma vez que a empresa e as organizações empresariais necessitam ter um programa de redução de impactos de suas ações sobre o meio ambiente, para que assim tenham um desenvolvimento socioeconômico dinâmico protegendo os recursos ambientais, já que eles podem ser úteis para outras empresas, organizações ou comunidades humanas. O autor também aponta que a postura eco sustentável da empresa pode ter impacto positivo sobre a valorização da imagem e do produto que a empresa produz, uma vez que a mesma terá mais clientes que buscam produtos ecologicamente corretos.

Pfitscher (2004) assenta que a administração de uma empresa necessita identificar seus recursos como entradas de insumo e as suas saídas como produtos finais, e nesse processo, analisar qual o melhor meio de se produzir produtos e serviços de qualidade, com economia de recursos ou com uma menor geração de resíduos.

É evidenciado ainda que a produção sustentável é capaz de gerar faturamento à empresa, porém com uma geração menor de poluentes, e caso a matéria prima seja escassa, a empresa poderia produzi-la em escala, para que fosse utilizada sem agredir o meio ambiente, sendo a contabilidade ambiental um papel de gerir informações de acompanhamento ao processo de produção sustentável (PFITSCHER, 2004).

Corazza (2003) identifica que a sustentabilidade deve ser integrada a cadeia hierárquica da empresa, onde cada nível administrativo identifica como a produção deve ser estruturada para poder impactar menos sobre o meio ambiente, uma vez que a gestão ambiental avalia o processo e também os resultados, devendo considerar que o impacto negativo ambiental reduzido, ocasiona ganho de capital para a empresa, e os gestores devem

ter a chamada consciência ecológica que privilegia a natureza e seus recursos, no longo prazo, ao invés do faturamento rápido com esgotamento de recursos naturais no curto prazo.

Dentro desse cenário, a Contabilidade das empresas pode contribuir com o aspecto ecológico através de sua função socioambiental, onde a administração e a contabilidade geram informações tanto para fora como para dentro da empresa, oferecendo estratégias e diretrizes econômicas, para que os gestores analisem e tomem suas decisões baseadas no equilíbrio do que a política da empresa propõe, tanto das leis ambientais, como do respeito aos recursos naturais. (BARBIERI, 2007)

2.2 Contabilidade Ambiental

A contabilidade ambiental tem evoluído nos últimos anos em relação aos fatores de eco sustentabilidade, onde o governo e também outros *stakeholders* têm exigido cada vez mais o controle gerencial das atividades que possuem ligações com o meio ambiente, para que assim a empresa tenha comprometimento com regras e ordenamentos internacionais de produção sustentável (FERNANDES, 2013).

Assim, a contabilidade ambiental é definida como:

o veículo adequado para divulgar informações sobre o meio ambiente. A não-inclusão dos custos, despesas e obrigações ambientais distorcerá tanto a situação patrimonial como a situação financeira e os resultados da empresa. (TINOCO E KRAEMER, 2004, p.153)

Ainda afirmam Murcia et al. (2010), que as informações ambientais podem influenciar significativamente o processo de tomada de decisão quanto ao início ou desenvolvimento de uma atividade, podendo ferir os padrões ambientais e até a questão social e de toda uma estrutura de consumo. Dessa forma, o gestor deve ter acesso a um compêndio de informações financeiras e econômicas presentes e futuras que possam ocorrer devido ao processo que possa afetar o meio ambiente.

Segundo Kronbauer e Silva (2012), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) tornou oficial a DVA para que através deste demonstrativo possam ser divulgadas informações de caráter social, como o consumo de recursos, e a distribuição de riqueza de uma empresa para as esferas participantes da sociedade, como governo, trabalhadores e acionistas.

Kronbauer e Silva (2012) apontam também que não há para a empresa o direito de descumprimento de contabilizações de ativos e passivos ambientais, uma vez que existem regras rígidas e padrões de contabilização de ativos e passivos ecológicos e ambientais, como compra de reservas ambientais e minerais, contabilização de nascimento de animais e

contabilização da exaustão de recursos ambientais pertencentes à entidade, bem como contabilização de provisão de processos ambientais, frente a descumprimento de leis governamentais.

Dessa forma a Contabilidade Ambiental,

é a Contabilidade dos benefícios e prejuízos que o desenvolvimento de um produto pode originar no meio ambiente. É um conjunto de ações pensadas com vista ao desenvolvimento de um projeto, tendo em conta a preservação do meio ambiente (GONÇALVES E HELIODORO, 2005, p. 4).

A Contabilidade Ambiental depende do nível de impacto de suas ações sobre o meio ambiente, podendo influir em uma pressão maior pelo governo e clientes para que se inclua a questão ambiental dentro do sistema contábil (GONÇALVES e HELIODORO, 2005).

Como exemplo, Kronbauer e Silva (2012) identificaram que as empresas analisadas Petrobras S.A. e Vale, publicam informações relevantes sobre passivos ambientais, os quais caso se fossem omitidos poderiam até mesmo invalidar parte das demonstrações financeiras e causar desníveis significativos na qualidade e nível dos dados contábeis.

A Contabilidade Ambiental pode gerar relatórios, demonstrativos, e fornecer informações para os gestores tomarem suas decisões, porém a divulgação dessas informações interessa ao governo, acionistas e todo o mercado o que pode gerar confiança a empresa, uma vez que a contabilidade ao gerar essas informações, demonstra uma posição estrategicamente eficiente (BARBIERI, 2007).

2.3 Disclosure Ambiental e seus benefícios

Dessa forma, para que o efeito da Contabilidade Ambiental possa atingir objetivos socioeconômicos significantes existe a *disclosure*, ou divulgação de informações, que não são circunscritas somente para acionistas e para entes governamentais, mas útil também à própria mídia, que de posse dessas informações pode atuar positivamente ou negativamente sobre as empresas, impactando interna e externamente os seus negócios financeiros e econômicos, como investimentos futuros sobre os biomas

Rover et al. (2009) apontam que a *disclosure* (divulgação) ambiental e social, mesmo sendo voluntária para a maioria das empresas no Brasil, possui cada vez mais padrões éticos e ambientais divulgados voluntariamente, frente a um mercado cada vez mais interessado por produtos ecológicos, sem insumos químicos pesados e que atuam na natureza de modo a beneficiar o local, e com menos impacto sobre o meio ambiente..

Para Fernandes (2013), uma empresa utiliza a informação contábil ambiental principalmente para aumentar o valor de sua imagem no mercado, pois o próprio consumidor

seja empresa ou não, cobra atitudes em conformidade com o meio ambiente, e empresas que são causadoras de desastres ambientais, precisam recorrer obrigatoriamente a *disclosure* ambiental, para informar ao usuário suas atividades que garantam a correção dos efeitos causados por suas atitudes negativas e dramáticas sobre o meio ambiente, como grandes prejuízos aos rios e ao mar.

Segundo Kronbauer e Silva (2012), o interesse que cada empresa possui na divulgação da informação contábil ambiental (*disclosure*) pode ser diferente dos outros, sendo desde uma obrigatoriedade legal advinda de um processo judicial, ou mesmo um conselho do setor de *marketing*, para alavancar a criação de um produto novo que respeite o meio ambiente, e que cause impacto positivo na mídia.

Braga e Salotti (2009) assentam que a *disclosure* contábil tem cada vez mais adeptos, uma vez que o seu benefício é maior do que seu custo, sendo um resultado positivo o aumento na valorização das ações das empresas que decidem por essa divulgação dentro do mercado da bolsa de valores.

Dessa forma,

dentro do escopo das diversas informações sobre as operações da entidade, encontram-se as informações de caráter ambiental. Nota-se que, apesar da evidenciação de informações ambientais - também conhecida como *green reporting* - diferir do alvo tradicional da contabilidade, estando focada nas informações de natureza econômico-financeira (DRE, BP, DOAR, DFC, etc.), sua divulgação pode ser considerada relevante na medida em que eventos ambientais também podem impactar a saúde financeira de uma empresa (por exemplo, multas e passivos ambientais, investimentos etc.) (MURCIA et al., 2010, p. 7).

Rodrigues, Santos e Mello (2009) avaliam que a divulgação de informações ambientais, deve seguir os princípios da contabilidade, sendo informações claras e que tenham análise de impactos econômicos sobre o patrimônio da entidade com base nos princípios de continuidade, entidade e questões como relevância, comparabilidade e materialidade, pois essas informações se referem a despesas, gastos, ativos e passivos das demonstrações como ativos imobilizados ambientais e passivos fiscais ambientais. A mensuração de itens nas demonstrações ambientais seguem os mesmos critérios de contabilização, mensuração e evidência.

Rover et al. (2009) salientam que existem diferenças entre as *disclosure* ambientais dos países, principalmente devido ao aspecto social de relação com o meio ambiente, considerando que a visão de risco ambiental diverge de país para outro, indicando que nem sempre os países subdesenvolvidos tem condições de arcar com estudos ambientais e nem possuírem as mesmas regras rígidas que existem por exemplo, em alguns países da Europa.

Nesse contexto,

destaca-se a noção de que a Contabilidade Ambiental tem o papel fundamental de fornecer informações adequadas sobre a mensuração dos eventos econômicos relacionados ao meio ambiente, permitindo uma correta avaliação do patrimônio da entidade. Da mesma forma, pode oferecer informações que auxiliem o gestor na tomada de decisões que contribuam para o lucro e para o desenvolvimento sustentável (FERREIRA, 2002 apud ROVER, BORBA E MURCIA, 2009, p. 2).

Kronbauer e Silva (2012) evidenciam que as organizações se interessem mais plenamente pela evidenciação ambiental, quando os investimentos e passivos ambientais chegam a impactar significativamente os recursos financeiros, em que o gestor se preocupa com o impacto no resultado operacional da entidade ao contrair pesados encargos e pagamentos de dívidas e despesas ambientais, por descuido em seguir as leis vigentes.

Silva e Rios (2014) afirmam que é necessário que a empresa tenha bom senso na divulgação das informações ambientais no conjunto de demonstrações publicadas, uma vez que não existem normas rígidas para a *disclosure* de dados ambientais no país, tendo a empresa necessariamente que organizar esses dados dentro das demonstrações ou com anexo de notas explicativas que expliquem tal informação contábil, desde que seja relevante.

Como exemplos, pode-se citar o artigo de Rover et al. (2008) que evidenciou que as empresas que mais possuem sentenças ambientais em suas demonstrações e Notas Explicativas são as empresas siderurgia e minerais metálicos seguidas das empresas de exploração, refino e distribuição de combustíveis.

Rover et al. (2009) identificaram no seu estudo, que a maioria das empresas da Bovespa analisadas, publicam informações de cunho qualitativo nas demonstrações contábeis e principalmente nas notas explicativas, sendo essas informações segregadas em setores específicos geralmente favoráveis a empresa, e de forma a mitigar problemas ambientais.

A *disclosure* ambiental visa divulgar tanto dados ambientais favoráveis quanto dados ambientais desagradáveis. Geralmente a informação está alicerçada em projeções futuras ou em aspectos inerentes as empresas, como dívidas ambientais, exaustão de reservas ou mesmo aquisição de créditos carbono. (BARBIERI, 2007).

2.4 Ativos e passivos ambientais

Dentro da Contabilidade Ambiental os ativos ambientais devem ser contabilizados e reconhecidos do mesmo modo que os demais ativos, com base nos rendimentos e receitas financeiras advindas de sua aquisição, ou por valor de custo e compra, e mesmo ainda com base nos ganhos de capital existentes, caso a empresa cumpra as leis ambientais e não se incorra em grandes gastos e despesas para recuperação do meio ambiente. . (RODRIGUES; SANTOS;MELLO, 2009).

Dentro dos ativos de uma empresa, podem ser considerados intangíveis, por exemplo, os gastos com desenvolvimento de técnicas e procedimentos que diminuam o impacto sobre a natureza ou ainda máquinas compradas para auxiliar o consumo sustentável e produção de produtos biodegradáveis como investimentos ou imobilizados. (RODRIGUES; SANTOS; MELLO, 2009).

Gonçalves e Heliodoro (2005) apontam que passivo ambiental está intimamente relacionado a possíveis sanções governamentais que ocorrem ou ocorrerão devido a infrações ambientais causadas pela empresa no meio ambiente, não necessitando provisionar despesas que não se sabe se ocorrerão efetivamente, por mais que a empresa assuma um grande risco quanto as suas atitudes negativas já conhecidas da governança corporativa da organização.

Para os autores, o ativo ambiental inclui tanto bens físicos, direitos e bens intangíveis, como a evidenciação de custos de máquinas e processos de filtragem, de resíduos tóxicos gerados nas atividades principais, como também direitos sobre reservas ecológicas compradas, mesmo que se tenha uma grande área de preservação obrigatória ambiental.

Muitas empresas,

diante da dificuldade de mensuração de seus passivos ambientais, apresentam informações relacionadas às políticas ambientais adotadas em relatórios sociais ou em notas explicativas, trazendo muitas vezes informações apenas de cunho qualitativo e não atendendo às necessidades de transparência apresentadas pelos usuários de suas informações (RODRIGUES; SANTOS; MELLO, 2009, p. 4).

Silva e Rios (2014) identificam que para informar aos usuários da contabilidade sobre os passivos, ativos e custos ambientais, é necessário que haja uma mensuração financeira de tais itens ambientais, que deve ser feita corretamente. Porém caso não seja possível fazer essa mensuração de forma confiável, deve ao menos possuir essas informações ambientais nas notas explicativas.

Quanto à relação dos temas abordados, Murcia et al. (2010) identificam que as empresas atualmente devem incrementar seus procedimentos operacionais às obrigações ambientais, como a diminuição da geração de gases poluentes como resíduos da produção. Assim, a contabilidade tratada como *Accountability* deve se aparelhar juntamente a gestão ambiental para a produção de informações contábeis, que inclua itens patrimoniais da empresa como ativos, passivos e resultados ambientais, gerando informação contábil que irá ser divulgada aos usuários interessados (*disclosure*), para que possam utilizar essas informações para tomar suas decisões.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para atender ao objetivo geral exposto, este trabalho de conclusão de curso pretende realizar uma pesquisa de caráter qualitativo e descritivo. A escolha é justificada por Gil (2002) que caracteriza a pesquisa qualitativa, como aquela que analisa o fato real ou abstrato com base em dados teóricos, textuais, sem necessidade de cálculos estatísticos, sendo a análise do objeto descritiva, com base em uma pesquisa documental, que apenas coleta os dados sem interferir diretamente em seu processo normal, com características de um estudo de caso.

Para possibilitar a análise do problema, será necessária a explicitação do referencial teórico que dará base ao estudo. Segundo Gil (2002), através da pesquisa bibliográfica pretende-se oferecer algumas considerações a respeito da temática do meio acadêmico, para que assim, o objeto seja analisado como em um estudo de caso, ao ser avaliado dentro dos princípios científicos contábeis, analisando o caso dentro de um parâmetro teórico.

3.1 Classificação da Pesquisa

De acordo com Gil (2002), a pesquisa é classificada em qualitativa, devido a tratar o objeto de estudo com análise teórica e sem o uso de instrumentos de cálculos estatísticos. O presente artigo é do tipo Estudo de caso, que avalia um evento real ou empírico como base, analisando-o a luz da teoria da Ciência Contábil, evidenciando e testando análises empíricas ou reais sobre o objeto de estudo.

A pesquisa é descritiva, pois não interfere no sujeito a ser analisado, avaliando-o de modo externo, com base em suas características, sem influenciar o processo a ser analisado de modo direto. (GIL, 2002).

3.2 Objeto de Estudo

A Empresa N foi escolhida por ser uma empresa que é conhecida mundialmente como biologicamente sustentável, pois retira sua matéria prima diretamente das florestas do Brasil, Os produtos são feitos de modo a não agredir o meio ambiente, sendo que a empresa se preocupa em fazer seu *marketing* voltado para o processo de produção e gestão sustentável dos seus produtos, com uma produção que agrega valor a matéria prima. A Empresa N possui processo sem geração de lixo tóxico e produtos que abrangem a reciclagem de suas próprias embalagens.

3.3 Coleta de Dados

Dada a escolha desse objeto de estudo, a coleta de dados foi realizada com base nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas da Empresa N, dos anos de 2010 até 2017, comparando-se a evolução das políticas ambientais e o patrimônio ambiental da empresa ao longo do tempo. A coleta de dados foi baseada em dados secundários extraídos de documentos disponíveis no site da Empresa N., sendo considerada uma análise documental.

Os dados foram coletados no site da própria empresa e foram avaliadas as demonstrações financeiras da Empresa N anuais do período de 2010 a 2017, analisando o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração do Resultado (DRE) e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), já que divulgam informações sobre a política da empresa ao quanto ao meio ambiente.

As demonstrações são de caráter público e se encontram divulgadas nos sites principais da empresa sendo de fácil acesso e sem conteúdo sigiloso, cuja divulgação de dívidas e processos ambientais poderia ser prejudicial à empresa. As demonstrações da empresa vieram acompanhadas das notas explicativas e do parecer de auditores e da administração.

Dessa forma, os anos intermediários possuem mudanças que se espelham no último ano, evidenciando a evolução da contabilidade ambiental da Empresa N nesses 7 anos. Nesse sentido, foram evidenciadas somente as demonstrações do ano de 2010 e do ano de 2017, acoplando os anos intermediários dentro desse espectro temporal escolhido, sendo 2010 o primeiro ano após a data de harmonização contábil.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos resultados foi feita de dois anos de publicação das DF da Empresa N, sendo o ano de 2010, um ano após a convergência às normas contábeis internacionais, e do ano de 2017, com base no primeiro semestre desse ano, para evidenciar se houve mudanças significativas da contabilidade e administração ambiental da Empresa N.

Serão analisados o Balanço Patrimonial, DRE, DFC e DVA, e assim, serão evidenciados como estão contabilizados, o ativo, passivo e resultados ambientais, baseado-se na distribuição e captação de recursos ambientais e como os mesmos são tratados pela contabilidade da Empresa N.

4.1 Ano de 2010

4.1.1 Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis da Empresa N em 2010 não evidenciam nenhuma conta, que esteja diretamente ligada ao processo de cuidado sócio ambiental, meio ambiente e sustentabilidade. Verificou-se contas sintéticas que englobam um maior número de contas que estão mais bem explicitadas em trechos das Notas Explicativas.

No entanto, na DVA existe a quantidade de insumos adquiridos para a produção geral da empresa, que já no ano de 2010 estavam totalmente adequadas as suas demonstrações aos padrões IFRS.

Figura 1 – Parte da DVA de 2010

INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(4.278.970)	(3.590.406)	(3.707.385)	(3.087.532)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(2.488.991)	(2.133.895)	(2.355.631)	(1.957.104)
	(1.789.979)	(1.456.511)	(1.351.754)	(1.130.427)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros				
	2.115.813	1.743.207	3.142.841	2.617.540

Fonte: Demonstrações Empresa N 2010

Na Figura 1 é possível verificar que a quantidade de insumos adquiridos equivale cerca de 4 milhões de reais, o que evidencia um total de 2 terços do valor do faturamento, indicando que a empresa possui um alto valor de consumo

Figura 2 – Parte da DRE de 2010

RECEITA LÍQUIDA	5.514.315	4.593.165	5.136.712	4.242.057
	(2.283.926)	(1.956.558)	(1.556.806)	(1.294.565)
Custo dos produtos vendidos				
	3.230.389	2.636.607	3.579.906	2.947.492

Fonte: Demonstrações Empresa N, 2010.

Há um grande aumento de receita líquida, o que indica que a empresa está vendendo mais e portanto produzindo mais, daí gastando mais recursos naturais, porém é necessário saber que os custos variáveis de matérias-primas são fixos para a unidade, não aumentando ou excedendo o desperdício de recursos para produção, o que seria uma perda não somente ambiental, mas também para a empresa que perde produtos, produção, venda, e ainda teria que arcar com o desperdício.

Já pelo Balanço Patrimonial:

Figura 3 – Composição de estoques em 2010

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Produtos acabados	181.188	95.202	465.027	397.783
Matérias-primas e materiais de embalagem	-	-	127.305	126.479
Material promocional	14.383	5.634	37.576	16.503
Produtos em elaboração	-	-	17.290	14.327
Provisão para perdas	<u>(10.479)</u>	<u>(6.498)</u>	<u>(75.673)</u>	<u>(45.541)</u>
	<u>185.092</u>	<u>94.338</u>	<u>571.525</u>	<u>509.551</u>

Fonte: Demonstrações Empresa N 2010

É possível verificar que existe matéria-prima no final de 2010, em um valor muito inferior aos produtos acabados e ao faturamento, o que pode indicar que a empresa possui uma alta rotatividade de matéria prima, não a estocando em grandes quantidades, nem retirando-a predatoriamente, em quantidades que não seriam utilizadas rapidamente, e sujeitas a perdas não operacionais, como perda da qualidade, com maior consumo que a própria floresta Amazônica não suportaria.

4.1.2 Passivos de Riscos Ambientais

Já em 2010, é possível avaliar dentro do passivo da entidade, o valor necessário ao pagamento de advogados por ação civil ambiental, detalhada nas notas explicativas como:

Refere-se aos honorários advocatícios para defesa no auto de infração movido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Empresa N Renováveis (IBAMA) contra a Sociedade em novembro de 2010 por acessos supostamente irregulares à biodiversidade. A Administração da Sociedade e seus assessores legais consideram como remota a possibilidade de perda nesses autos de infração em virtude do cumprimento total de todos os princípios estabelecidos na Convenção da Diversidade Biológica (CDB), tratado internacional firmado na Rio-92 e das ilegalidades e inconstitucionalidades do atual marco legal que incorporou a CDB no sistema legal brasileiro. Com exceção de insumos provenientes de terras da União - que se recusa a negociar - a Sociedade reparte benefícios em 100% dos acessos no uso da biodiversidade, sendo inclusive a pioneira na repartição de benefícios com comunidades tradicionais e possuindo aproximadamente 68% das solicitações ao Órgão Regulador de pedidos de autorização para acesso à biodiversidade. (EMPRESA N, 2010)

Figura 4 – Passivos Ambientais em 2010

Riscos cíveis

Movimentação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2010

	Controladora				Atualização monetária	2010
	2009	Adições	Reversões	Pagamentos		
Diversas ações cíveis (a)	5.111	5.265	(4.658)	(1.177)	287	4.828
Honorários advocatícios - ação cível ambiental (b)	1.363	-	-	-	149	1.512
Ações cíveis e honorários advocatícios - Nova Flora Participações Ltda.	1.995	2.346	-	(1.466)	69	2.944
Risco cível total provisionado	<u>8.469</u>	<u>7.611</u>	<u>(4.658)</u>	<u>(2.644)</u>	<u>506</u>	<u>9.284</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(231)</u>	<u>(1.643)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.874)</u>
Circulante	1.465	-	-	-	-	-
Não circulante	<u>7.004</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.284</u>

Fonte: Demonstrações Empresa N 2010

Dessa forma, a entidade não só possui um ativo ambiental, como também um passivo de risco ambiental, devido à legislação brasileira possuir cláusulas rígidas quando se lida diretamente com o meio ambiente, porém a Empresa N está otimista com a resolução satisfatória desse conflito judicial.

4.1.3 Mensagem da Presidência

Já na mensagem da Presidência do Conselho de Administração, é possível verificar:

Contemplamos o embate de forças por vezes antagônicas. Individualismos exacerbados, que buscam apenas a maximização de valor material, convivem com o crescimento de uma visão voltada ao interesse coletivo. As ações e a ampliação da consciência em torno da causa socioambiental são exemplos reveladores da emergência de uma mudança civilizatória. Devemos, portanto, mobilizar a sociedade para a construção de uma agenda transformadora. (EMPRESA N, 2010, p.?)

A Administração da Empresa N evidencia que se preocupa com a causa socioambiental, envolvendo o crescimento econômico aliado ao desenvolvimento social e preocupação com menor impacto ao meio ambiente.

No complemento às demonstrações existe o chamado item de desempenho ambiental que agrega valor ao produto com a noção de créditos de carbono. É uma forma de se minimizar completamente o processo de lançamento de gases estufa na atmosfera, com base num modelo pré-determinado pelo governo mundial de compensação de CO² lançado na Atmosfera com base no ritmo de produção, ou mesmo na emissão de outros itens compensatórios.

Dessa forma, esse item vem discriminado na demonstração como:

Somos carbono neutro desde 2007 e todas as nossas emissões são compensadas. Os avanços mais significativos no presente exercício concentraram-se no diagnóstico das oportunidades para acelerar o ritmo de redução e no aprimoramento da metodologia de cálculo em toda a cadeia produtiva. Em 2010, as emissões da Empresa N totalizaram 253.312 toneladas de CO₂ e um volume 8,8% maior em emissões absolutas em relação a 2009. Nas emissões relativas, houve redução de 7,3% em relação a 2009. Também promovemos uma análise mais detalhada por unidades de negócios e regionais, e processos da Empresa N, como disponibilização de produtos, ciclo do pedido, operações internacionais e gestão de pessoas. Investimos ainda em melhorias no sistema de coleta de dados, o que tem elevado a confiabilidade dos dados. (EMPRESA N, 2010, p.?)

4.1.4 Desempenho ambiental

Os créditos de carbono é um programa feito pela ONU para que diversos países pudessem compensar suas pesadas emissões de gases estufa. Assim, a empresa poderia manter grande parte de seu ritmo de produção, aliado a compensação através de investimentos em plantio de árvores e despoluição de rios, por exemplo. Mas é perceptível que a emissão de gás carbônico somente aumentou ao longo dos anos, o que evidencia uma maior produção da empresa Empresa N de seus produtos.

Figura 5 – Total de emissões de Gás Carbônico

Total de emissões CO₂e (em toneladas)²		
2008	2009	2010
201.493	232.827	253.312

Emissões relativas (Kg de CO₂e/kg de produto faturado)^{1 2}		
2008	2009	2010
3,82	3,55	3,30

Fonte: Demonstrações Empresa N

4.1.5 Temas prioritários de sustentabilidade

De acordo com trechos das notas explicativas:

Após consultas a seus públicos, a Empresa N identificou os temas que seriam focos de sua atuação socioambiental para os próximos anos. Conheça a seguir as evoluções recentes:

Amazônia

Identificamos a Amazônia como um fator-chave para o desenvolvimento do País e sua preservação é fundamental para a garantia da qualidade de vida das gerações futuras. Por isso, mobilizamos um grupo de profissionais para a construção de uma visão e um plano de longo prazo sobre como podemos contribuir para o desenvolvimento sustentável da região. Queremos contribuir para a consolidação de um modelo de desenvolvimento que, ao mesmo tempo, proporcione oportunidades a seus habitantes e preserve a floresta em pé. Acreditamos que podemos atuar em três frentes: ciência, pesquisa e inovação; cadeias produtivas sustentáveis; e fortalecimento institucional. (EMPRESA N, 2010, p.7)

Biodiversidade

Ao adotar o uso sustentável da sociobiodiversidade como plataforma tecnológica, percebemos a importância de impulsionar a discussão desse tema na sociedade civil. Por isso, lideramos, ao lado de outras empresas e organizações sociais, em 2010 o Movimento Empresarial Brasileiro pela Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Com essa mobilização, alcançamos a adesão de mais de 80 organizações e apresentamos nossas propostas na 10ª Conferência das Partes sobre a Convenção da Biodiversidade (COP10), realizada em Nagoya, no Japão. Como consequência do imperfeito marco regulatório brasileiro, recebemos, em 2010, autos de infração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Empresa N Renováveis (Ibama), com os quais não concordamos e iremos contestar formalmente. Estamos convencidos de que nossa atuação está de acordo com os princípios da Convenção da Diversidade Biológica, tratado da Organização das Nações Unidas que fundamenta a Política Empresa N de Uso Sustentável da Biodiversidade e do Conhecimento Tradicional. (EMPRESA N, 2010, p.7)

Percebe-se o quanto a Empresa N estabelece sua gestão e produção sustentável com noção de sustentabilidade desde a coleta de matérias prima, a produção interna e os resultados ambientais de tal produção, evidenciando que a empresa não considera despesas ou perdas, mas sim investimentos com desenvolvimento sustentável, porém considera como um investimento não sendo ativado, mas sendo considerado um tipo de custo, com benefícios futuros e indiretos que serão revertidos à empresa.

A Empresa N possui uma busca sustentável dos produtos da Floresta Amazônica, com o auxílio de comunidades coletoras e produtoras locais. Além disso, é uma das poucas empresas nacionais que trabalham diretamente com a biodiversidade amazônica, assim, o IBAMA autuou a Empresa N, porém deixa de autuar inúmeros grupos privados internacionais, que exploram madeira e produtos da floresta sem permissão do Brasil, como pode ser vistos em diversas notícias relacionadas ao tema.

Outra preocupação da Empresa N é evidenciada no seu estudo de impacto de seus próprios produtos, o que muitas outras empresas não executam, impactando negativamente rios e florestas.

4.1.6 Destaques Socioambientais

Um grande impacto da empresa em seus projetos foi o “Crer para ver” que envolveu suas consultoras em um grande projeto educacional em todo o país, contagiando milhares de escolas, professores e alunos, com base na disseminação de conteúdo voltado para a produção consciente, sem afetar negativamente a comunidade social e as reservas biológicas.

Tabela 1 – Destaques socioambientais de 2010

Indicador	Compromisso 2009	Resultado 2009	Compromisso 2010	Resultado 2010
Gases do Efeito Estufa	Reduzir até 2011 em 33% as nossas emissões relativas de GEE, levando em consideração o inventário que realizamos em 2006	menos 5,2% (16,1% acumulado)	Reduzir até 2011 em 33% as nossas emissões relativas de GEE, levando em consideração o inventário que realizamos em 2006	menos 7,3% (Acumulado 21,2%)
Consumo de água	Não Havia	0,52 litro / unidade faturada	Reduzir em até 10% o consumo de litro por unidade faturada	0,47 litro / unidade faturada (Diminuição de 10%)
Arrecadação CPV	Arrecadar R\$ 3,744 milhões com a venda de produtos	R\$ 3,77 milhões	Arrecadar R\$ 6 milhões com os produtos do Crer para ver.	R\$ 10 milhões

Fonte: Demonstrações Empresa N, 2010

4.1.7 Reconhecimentos

Em 2010, a Empresa N recebeu importantes prêmios pelo seu reconhecido pioneirismo na evolução da governança corporativa:

- Prêmio criação de valor para o acionista (Revista Capital Aberto)
- Prêmio Financial Times (Pesquisa Corporate Responsibility- FT Arcelor Mittal Boldness in Business Awards) - 5 melhores empresas na categoria Corporate Responsibility
- Prêmio IR Maganize Awards – Melhor Governança Corporativa; Melhor Sustentabilidade Socioambiental (EMPRESA N, 2010, p.?)

Assim, a empresa nesse ano conta com prêmio internacional de sustentabilidade socioambiental, não de forma monetária, mas de forma social, no que a empresa cria uma política administrativa voltada a sustentabilidade, gerando assim, gastos com o meio ambiente, que se transformam em investimentos e ativos intangíveis, ativo para a Empresa N.

Dessa forma, a empresa busca insumos na floresta, e de modo sem exaurir todos os recursos de uma única vez, mas de modo sustentável com recomposição dos insumos consumidos através da produção e não usurpação de matéria prima da floresta.

A produção economiza água, libera menos gás carbônico e também possui uma produção voltada para economia de recursos com base em um percentual ativo estabelecido anualmente da relação de custos x benefícios.

4.2 Ano de 2017

4.2.1 Riscos Cíveis

A Empresa N possui algumas causas e processos civis, inclusive um processo ambiental.

Referem-se aos honorários advocatícios para a adoção das medidas judiciais que visam anular os autos de infração lavrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Empresa N Renováveis - IBAMA contra a Sociedade em 2010 e 2011 por acessos supostamente irregulares ao patrimônio genético brasileiro ou ao conhecimento tradicional associado, bem como por suposta falta de repartição de benefícios. A Sociedade recebeu até 30 de junho de 2017, 70 multas do IBAMA, no total de R\$14.343 e apresentou defesa e recurso administrativo para todas, sendo que 4 autos de infração já foram cancelados. As respectivas multas não representam créditos exigíveis neste momento. A Administração da Sociedade e seus assessores legais consideram como remota a possibilidade de perda dos autos de infração. (EMPRESA N, 2017)

Figura 6 – Riscos Cíveis e ambientais em 2017

<u>Riscos cíveis</u>						
	Controladora					06/2017
	12/2016	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	
Diversas ações cíveis (a)	6.911	7.630	(974)	(3.312)	50	10.305
Honorários advocatícios - ação cível ambiental (b)	2.884	-	(292)	-	43	2.635
Ações cíveis e honorários advocatícios - Nova Flora Participações Ltda. (d)	<u>1.662</u>	<u>35</u>	<u>(856)</u>	<u>-</u>	<u>25</u>	<u>866</u>
Risco cível total provisionado	<u>11.457</u>	<u>7.665</u>	<u>(2.122)</u>	<u>(3.312)</u>	<u>118</u>	<u>13.806</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 11)	<u>(757)</u>	<u>-</u>	<u>166</u>	<u>-</u>	<u>(39)</u>	<u>(630)</u>
	Consolidado					06/2017
	12/2016	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	
Diversas ações cíveis (a)	8.680	8.585	(1.073)	(3.422)	182	12.952
Honorários advocatícios - ação cível ambiental (b)	2.885	-	(292)	-	43	2.636
Honorários - processos IBAMA (c)	1.095	427	-	-	18	1.540
Ações cíveis e honorários advocatícios - Nova Flora Participações Ltda. (d)	<u>1.661</u>	<u>35</u>	<u>(856)</u>	<u>-</u>	<u>26</u>	<u>866</u>
Risco cível total provisionado	<u>14.321</u>	<u>9.047</u>	<u>(2.221)</u>	<u>(3.422)</u>	<u>269</u>	<u>17.994</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 11)	<u>(882)</u>	<u>-</u>	<u>175</u>	<u>-</u>	<u>(43)</u>	<u>(750)</u>

Fonte: Demonstrações Empresa , 2017

Dessa forma, é evidenciado que mesmo a empresa seguindo rigorosos padrões de produção ambiental, a mesma, possui ações movidas pelo IBAMA, justamente no processo operacional mais comum dela..

O impasse surge, pois é verificado que há empresas que atuam sobre a biodiversidade da floresta Amazônica, sendo a maioria, empresas internacionais que fazem a exploração de modo clandestino. O ideal seria que empresas genuinamente brasileiras pudessem ter acesso ao material da floresta, porém de modo organizado e de consumo sem grandes impactos para a floresta.

4.2.2 Destaques socioambientais

Tabela 2 – Destaques socioambientais de 2017

INDICADOR	UNIDADE	AMBIÇÃO 2010	RESULTADO 2017	RESULTADO 2016
Emissão relativa de carbono (Escopo 1, 2, 3)	kg CO2/Kg produto faturado	2,15	3,34	3,17
% de material reciclado pós consumo	% (g mat reciclado/g. embalagem)	10	4,6	4,3
Embalagens coeficientes	% (unidade faturada embalagem ecoeficiente/unidades faturadas totais)	40	20	20
Consumo de insumos amazônicos em relação ao consumo total da Empresa N	% (R\$ Insumos amazonicos/R\$ Insumos totais)	30	18,8	19,1
Volume acumulado de negócios na região PAM Amaônica	R\$ Milhões	1000	1079	972,6
Consumo de água	litros / unidades produzidas	0,32	0,53	0,53
Arrecadação da Linha Crer para ver - Global	R\$ Milhões	46,9	17,1	38,2

Fonte: Demonstrações Empresa N, 2017.

Segundo trechos retirados das Notas Explicativas:

E não somente a imagem, mas a contabilidade da empresa registra essas economias não como um baixo índice de produtividade, mas como investimento intangível na geração de produtos com grande valor econômico ao público, principalmente do Brasil.

Assim, os contadores da Empresa N identificam quando um custo com meio ambiente, é uma despesa irre recuperável, e quando esse custo influi para maior valoração de seus produtos, e suas vendas, indicando o custo não como uma despesa, mas como um investimento interno dentro dos padrões de sustentabilidade.

A Empresa N agora está alicerçada nos novos meios de reciclagem de seus produtos pós consumo, por exemplo, favorecendo o uso de embalagens reutilizáveis que não são descartadas tão rapidamente no ambiente e atuando em projetos de reciclagem de suas embalagens.

Porém um ponto negativo, é que a Empresa N ainda não conseguiu totalmente o controle da quantidade de gases estufa, emitidos à atmosfera, sendo um plano que ela ainda quer, devido ao aumento cada vez maior de vendas de cosméticos no Brasil, mesmo no momento do país estando em uma série crise financeira.

Daí, pode se considerar que a Empresa N é um exemplo de empresa que usa a riqueza do país ordenadamente, aplica numa produção sustentável produz produtos de qualidade e Empresa N e ainda preocupa-se com o destino de suas embalagens no meio ambiente, optando por embalagens renováveis

4.2.3 Demonstrações

Figura 7 – Insumos adquiridos de terceiros da DVA

INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.386.160)	(2.237.686)	(3.482.947)	(3.020.886)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.253.156)	(1.193.469)	(2.040.848)	(1.707.677)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.133.004)	(1.044.217)	(1.442.099)	(1.313.209)
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.241.542	1.407.690	1.926.004	2.158.405

Fonte: Demonstrações Empresa N, 2017.

Pelo trecho da DVA de 2017 é possível ver o valor em milhões da quantidade de insumos adquiridos pela empresa, que inclui produtos Empresa N, água e outras matérias primas, o Valor Adicionado Bruto é diminuído do total do faturamento em mais de 3 milhões de reais.

Porém é necessário considerar que a Empresa N não retira o insumo diretamente da Floresta Amazônica, mas a mesma possui uma rede de comunidades ribeirinhas trabalhando para a Empresa N, que ganham participação na coleta coordenada feita pelos mesmos, que possuem plantações das árvores que mais são utilizadas para a produção da Empresa N.

Na DRE, pode-se visualizar em 2017 que:

Figura 8 – Trecho da DRE de 2017

	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
RECEITA LÍQUIDA	2.619.627	2.625.584	3.754.426	3.715.359
Custo dos produtos vendidos	(1.039.737)	(986.248)	(1.125.241)	(1.159.305)
	<u>1.579.890</u>	<u>1.639.336</u>	<u>2.629.185</u>	<u>2.556.054</u>

Fonte: Demonstrações Empresa N, 2017

Porém é possível verificar que o valor dos insumos no consolidado à direita, se manteve também em níveis padronizados, sem grandes consumos diretamente do meio ambiente.

Figura 9 – Composição dos Estoques de 2017

	Controladora		Consolidado	
	06/2017	12/2016	06/2017	12/2016
Produtos acabados	193.330	195.653	712.441	676.835
Matérias-primas e materiais de embalagem	-	-	173.882	182.778
Materiais promocionais	28.601	18.200	99.288	94.630
Produtos em elaboração	-	-	16.649	13.293
Provisão para perdas	(21.352)	(10.495)	(141.539)	(131.614)
	<u>200.579</u>	<u>203.358</u>	<u>860.721</u>	<u>835.922</u>

Fonte: Demonstrações Empresa N

No Balanço Patrimonial acima, verifica-se uma quantidade de matéria prima quase 6 vezes menor do que os produtos acabados, indicando uma rotação acelerada de consumo de matérias primas e com ciclo de estocagem rápidos, assim, não há grandes estoques de matérias primas, já que as mesmas são padronizadas mensalmente com base na produção de comunidades amazônicas.

4.3 Análise Gráfica da DVA

A DVA evidencia o faturamento bruto e também a dedução de insumos adquiridos de terceiros, os quais, incluem a matéria prima, a mão de obra direta e indireta, a água e energia elétrica gasta, e o Custo do Produto vendido que contém todos os insumos, custos diretos e indiretos, com as mais diversas formas de rateio.

Assim, o Valor Adicionado Bruto equivale a uma forma de Lucro Bruto, onde é possível ver o que resta do faturamento, depois de deduzidos todos os custos inerentes à produção de determinado produto.

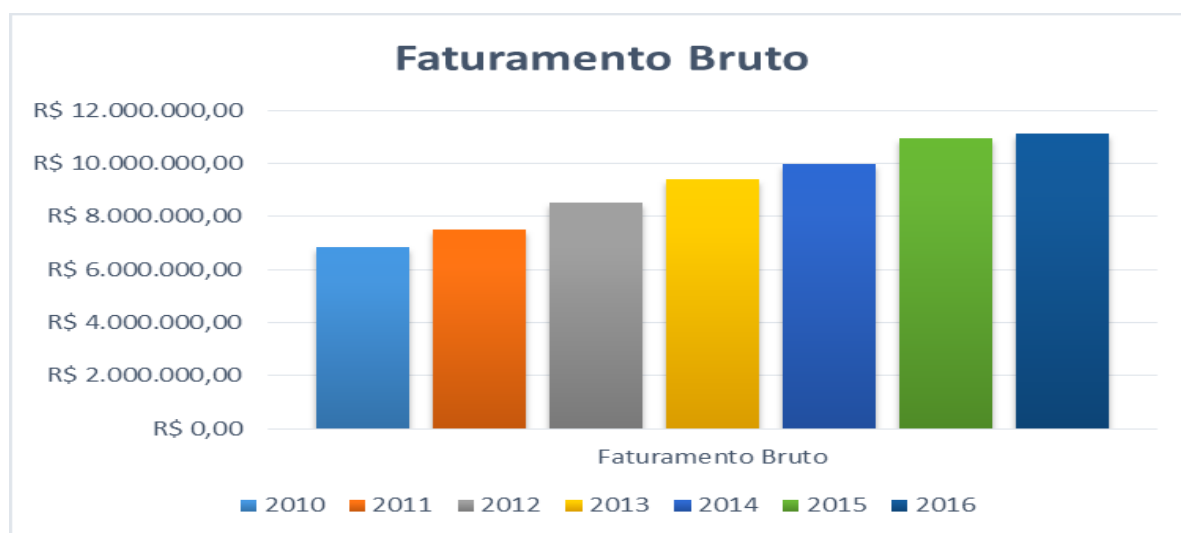
Tabela 3 – Valor Adicionado Bruto

Ano	Faturamento Bruto	Insumos adquiridos de Terceiros	Valor Adicionado Bruto
2010	R\$ 6.850.225,00	R\$ 3.707.385,00	R\$ 3.142.840,00
2011	R\$ 7.499.050,00	R\$ 4.362.838,00	R\$ 3.136.212,00
2012	R\$ 8.515.446,00	R\$ 4.836.794,00	R\$ 3.678.652,00
2013	R\$ 9.392.024,00	R\$ 5.424.798,00	R\$ 3.967.226,00
2014	R\$ 9.970.670,00	R\$ 5.989.216,00	R\$ 3.981.454,00
2015	R\$ 10.958.857,00	R\$ 6.374.417,00	R\$ 4.584.440,00
2016	R\$ 11.119.433,00	R\$ 6.512.297,00	R\$ 4.607.136,00

Fonte: Dados da pesquisa com base nas DVAs divulgadas pela Empresa N.

Na tabela acima, é possível ver a variação anual do faturamento bruto, assim como variações anuais dos insumos adquiridos de terceiros como as matérias-primas da Amazônia, produtos naturais, água gasta, energia elétrica e quaisquer insumos necessários como serviços de terceiros também.

Gráfico 1 – Evolução do Faturamento Bruto

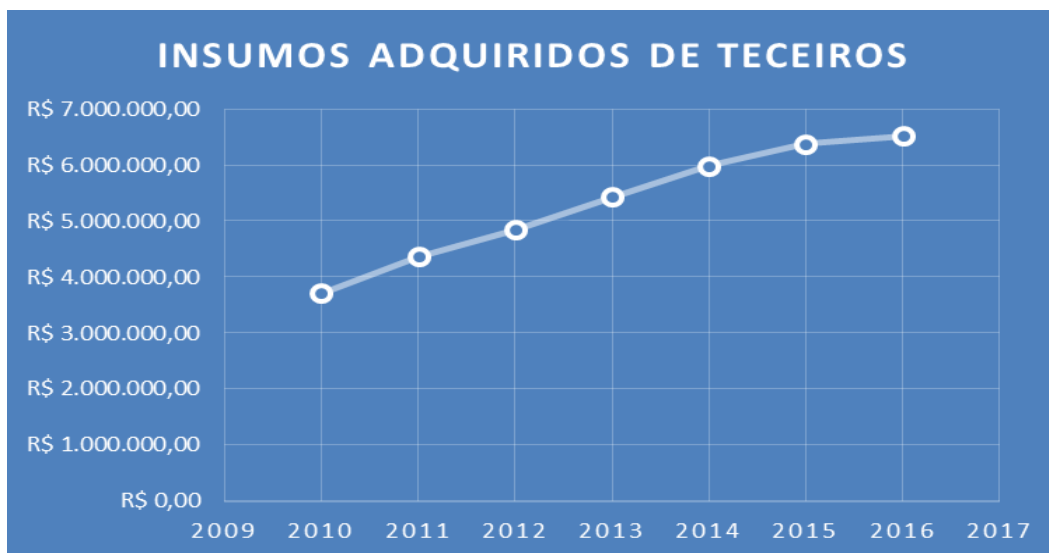


Fonte: Dados da Pesquisa.

É possível ver pelo gráfico acima, que mesmo o país se encontrando em uma dificuldade financeira e econômica, o faturamento bruto da Empresa N aumentou

consideravelmente, de forma padronizada, o que indica que o setor de cosméticos conseguiu apesar de uma crise financeira, se manter ativo e com forte vendas de seus produtos.

Gráfico 2 – Evolução dos Insumos adquiridos de terceiros.

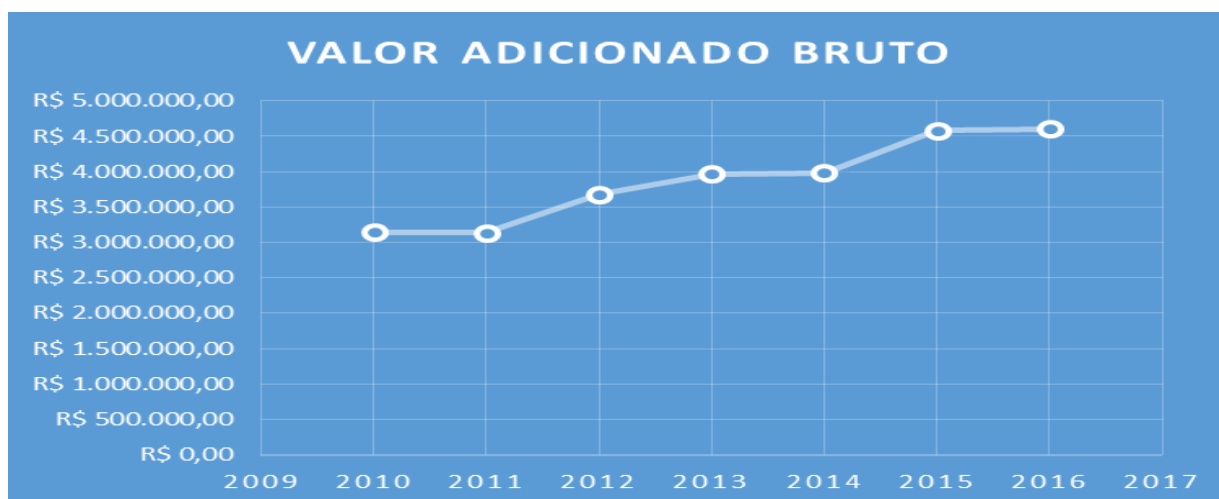


Fonte: Dados da Pesquisa

O gráfico acima, evidencia um crescimento do valor dos insumos adquiridos de terceiros, porém em nível menor do que o faturamento bruto, o que indica que aumentou o consumo pela Empresa N de produtos primários vindos das florestas do país.

Dessa, forma percebe-se que mesmo a empresa possuindo uma política de sustentabilidade, ela não deixou de crescer e de consumir recursos, o que há é uma forma sustentável de obter recursos Empresa N, de forma a não prejudicar a floresta Amazônica, mesmo aumentando a quantidade de recursos gastos como a água e energia elétrica.

Gráfico 3 – Evolução do Valor Adicionado Bruto



Fonte: Dados da Pesquisa.

Pelo gráfico acima, é possível perceber que o Valor Adicionado Bruto, um valor econômico agregado pela empresa, cresceu nos últimos anos, apresentado uma queda somente, no ano de 2014, devido a crises no sistema financeiro do país. Porém a empresa manteve um padrão durante os anos, o que demonstra que produziu o suficiente para conseguir bons resultados. Dessa forma, é possível identificar que a *disclosure* ambiental, mesmo sendo optativa em grande parte para as empresas, pode contribuir com informações necessárias aos usuários e à população, uma vez que afeta a qualidade ambiental de vida das comunidades.

É identificado que algumas empresas preferem não divulgar tudo nas demonstrações, pois possuem litígios ambientais que poderia diminuir o valor financeiro e acionário dessas empresas. Porém a Empresa N divulga optativamente tanto seus créditos ambientais, assim como seus passivos.

É constatado que para determinadas empresas, a *disclosure* ambiental pode ser positiva, não somente para fins de informar à população, mas também como propaganda de sua excelência em políticas ambientais, como no caso da Empresa N servindo como *status* de marca ambiental, a divulgação da política da empresa em relação ao seu processo produtivo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS (precisa melhorar esta parte do texto)

Este presente trabalho de conclusão de curso teve como objetivo geral apresentar a contabilidade ambiental como importante processo no comprometimento da empresa com a sustentabilidade.

A metodologia é um estudo de caso, com análise documental, descritiva e qualitativa. Assim, foi escolhida uma empresa reconhecida mundialmente como um padrão no seguimento de normas que protegem o meio ambiente.

A Empresa N possui uma produção baseada na sustentabilidade e no processo de captação de insumos de forma sustentável na Floresta Amazônica. Mas mesmo assim, foi alvo de diversas autuações pelo IBAMA e de um processo cível ambiental, onde como ré, a empresa tem expectativa positiva de que ganhará as causas.

A empresa desde 2010 até 2017 está sempre pautada por programas de apoio ambiental como economia de água, diminuição de emissão de gases do efeito estufa, e

disseminação educacional ambiental. Tudo isso está na missão da empresa e durante as notas explicativas, há menções diretas ao desenvolvimento sustentável.

Na DRE, o faturamento bruto da empresa aumenta a cada ano, juntamente com o CPV e também com os insumos consumidos, o que denota que a empresa aumentou sua produção, e suas vendas, mas manteve o consumo de matérias primas.

Assim, não há grandes estoques de MP, e a mesma é adquirida em programas sustentáveis junto a comunidades de coletores e produtores da Amazônia e do Pará. Dessa forma, a empresa utiliza da contabilidade em demonstrações e principalmente nas Notas Explicativas, para indicar cálculos e valores que comprovem junto à sociedade que ela é uma empresa diferenciada tanto no uso de insumos, na produção e no pós-consumo através da reciclagem de suas embalagens.

Mas mesmo com processo pelo IBAMA, a empresa é uma das únicas no país que usa de forma sustentável da biodiversidade da floresta do país, sendo que existem empresas internacionais que se apodera de plantas e substâncias de modo desonesto.

Assim, como sugestão para outros estudos, poderia haver a comparação da Empresa N, com outras empresas, para retificação e comparação de suas propostas de desenvolvimento sustentáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: Conceitos, modelos e instrumentos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- BRAGA, J. P.; SALOTTI, B. Relação entre nível de *disclosure* ambiental e características corporativas de empresas no Brasil. CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 5, 2008, São Paulo. **Anais...**, FEA-USP, São Paulo, 2008.
- BRAGA, J. P.; OLIVEIRA, J. R. S.; SALOTTI, B. M. Determinantes do nível de divulgação ambiental nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras. **Revista Cont. Ufba**, Salvador-BA, v. 3, n. 3 p. 81-95, setembro/dezembro 2009.
- CORAZZA, R. I. Gestão ambiental e mudanças da estrutura organizacional. **RAE-eletrônica**, v. 2, n. 2, jul-dez/2003.
- FERNANDES, S. M. Fatores que influenciam o *disclosure* ambiental: um estudo nas empresas brasileiras no período de 2006 a 2010. **Revista Ambiente Contábil**, Natal-RN: v. 5, n. 2, p. 250 – 267, jul./dez. 2013.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GONÇALVES, S. S.; HELIODORO, P. A. A contabilidade ambiental como um novo paradigma. **Revista Universo Contábil**, Blumenau: v. 1, n. 3, p. 81-93, set./dez. 2005.
- KRONBAUER, C. A.; SILVA, M. M. *Disclosure* ambiental: análise do grau de evidenciação nas demonstrações contábeis das empresas de transporte. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 32-46, out/2012.
- MURCIA, F. D.; ROVER, S.; LIMA, I.; FÁVERO, L. P. L.; LIMA, G. A. S. F. ‘*Disclosure* verde’ nas demonstrações contábeis: características da informação ambiental e possíveis explicações para a divulgação voluntária. **Revista UnB Contábil**, v. 11, n. 1-2, p.260-278, jan./dez. 2008.
- MURCIA, F. D.; SANTOS, A.; SALOTTI, B. M.; NASCIMENTO, A. Mapeamento da pesquisa sobre *disclosure* ambiental no cenário internacional: uma revisão dos artigos publicados em periódicos de língua inglesa no período de 1997 a 2007. **Revista ConTexto**, Porto Alegre, v. 10, n. 17, p. 7-18, 2010.
- EMPRESA N. **Demonstrações Financeiras – Empresa N – Relação com investidores**. Disponível em: <natu.infoinvest.com.br/ptb/s-20-ptb.html?idioma=ptb> Acesso em: 12 de novembro de 2017.
- OLIVEIRA FILHO, J. E. Gestão ambiental e sustentabilidade: um novo paradigma econômico para as organizações modernas. **Domus Online**: Ver. Teor. Pol., soc., Salvador, v. 1, n. 1, p. 92-113. jan./jun., 2004.
- PFITSCHER, E. D. Gestão e sustentabilidade através da contabilidade e controladoria ambiental: estudo de caso na cadeia produtiva de arroz ecológico. **Tese** (Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

RODRIGUES, F.F.; SANTOS, R.B.; MELLO, M.C.B. 2009. Análise do *disclosure* ambiental da empresa Petrobrás no período 1997 a 2007. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, FEA/USP, 2009.

ROVER, S.; BORBA, J. A.; MURCIA, F. D. R. Características do *Disclosure* Ambiental de empresas brasileiras potencialmente poluidoras: análise das demonstrações financeiras e dos relatórios de sustentabilidade do período de 2005 a 2007. **Contextus, Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 7, n 1, p. 23-36, jan./jun., 2009.

ROVER, S.; BORBA, J. A.; MURCIA, F. D.; VICENTE, E. F. R. Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o *disclosure* das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 3, p. 53-72, maio-agosto, 2008, São Paulo.

SILVA, J. C. P.; RIOS, R. P. Contabilidade Ambiental: o grau de conhecimento dos contadores do sul e sudeste do estado do Pará. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios**, v. 5, n. 1, 2014.

SOUZA, M. T. S.; RIBEIRO, H. C. M. Sustentabilidade ambiental: uma meta-análise da produção brasileira em periódicos de administração. **RAC, Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro: v. 17, n. 3, art. 6, p. 368-396, maio/jun. 2013.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004, p. 114.